

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Soberania

O tom do presidente Lula durante a Convenção Partidária Nacional do PDT foi lido como um “esquentar” da linha a ser usada na campanha à reeleição. Lula criticou o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e destacou a defesa da soberania nacional. Os bolsonaristas podem se preparar, porque esse será um dos eixos da campanha presidencial.

Por falar em Trump...

O Instituto Indexa Pesquisas detectou em seu último levantamento que 30% dos entrevistados culpam o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pelas novas tarifas; 28% responsabilizam o presidente Lula; 17% responsabilizam o presidente norte-americano Donald Trump. Apenas 12% entendem que os três compartilham igualmente a responsabilidade; 13% não souberam ou preferiram não responder. A pesquisa está registrada no TSE com o Código BR-02904/2026.

Reflexos do tarifaço

Um terço dos entrevistados (33%), porém, considera que nem Lula nem Flávio Bolsonaro terão ganhos eleitorais com o episódio das tarifas. Enquanto 25% avaliam que Lula tem a ganhar, outros 18% afirmam que a balança penderá mais para Flávio. Quanto às atitudes de Lula nessa seara, 36% acreditam que Lula agiu corretamente e outros 31% julgam que o presidente não representou adequadamente os interesses nacionais.

Suspense até o fim

O ex-prefeito de Maceió João Henrique Caldas (PSDB) só decidirá seu caminho nesta temporada eleitoral em 5 de agosto, último dia para definição de candidaturas. Não descarta sequer o apoio a Lula. Hoje, transita em todos os campos, do PL ao PT. Só tem um probleminha: ao governo de Alagoas, o candidato de Lula é Renan Filho (MDB), a quem o presidente trata quase como um filho.

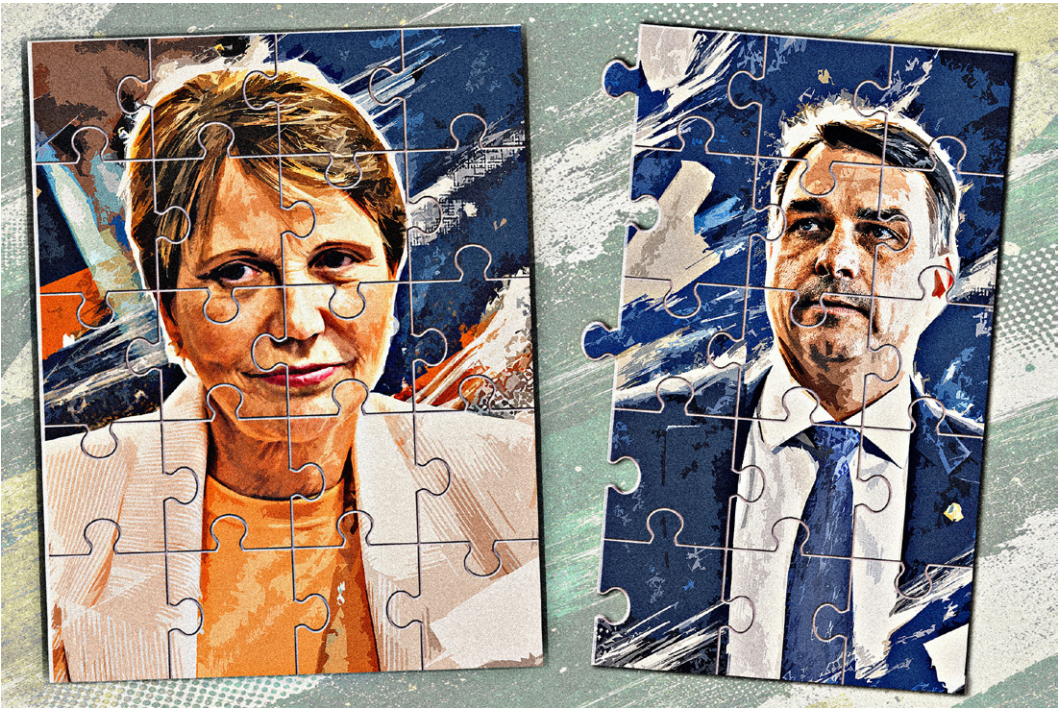
Procure outra

A depender do desejo da senadora Tereza Cristina, o pré-candidato ao Planalto Flávio Bolsonaro pode buscar outro nome para compor a chapa na vaga de vice. No universo do agro Brasil afora, Tereza é citada como uma promissora candidata à Presidência da República e não uma fotografia ao lado do filho do ex-presidente da República para tentar atrair o eleitorado feminino. Tereza tem currículo de sobra. Foi ministra da Agricultura no desafiador período da pandemia de covid 19 e manteve o setor em pleno funcionamento. No Senado, relatou ainda projetos importantes e de difícil acordo e chegou lá. Ultimamente, fundou o instituto Diálogos para debate dos problemas nacionais. Se o PL

quiser apoiá-la ao Planalto, muito bem. Porém, os Bolsonaro querem apenas quem tenha o sobrenome da família na cabeça de chapa.

» » »

Um baú de dificuldades/ Flávio continua com os mesmos problemas para ampliar o leque de partidos ao seu redor. O União Brasil e o Progressistas formam uma federação e quer ter liberdade para compor chapa nos estados e, assim, eleger deputados federais. O Republicanos caminha nessa mesma toada, com um grupo fechado com Lula, uma perna com Caiado e um braço com Flávio Bolsonaro.



CURTIDAS

Tal e qual Melania/ A modalidade de green card que o ex-deputado Eduardo Bolsonaro recebeu nos EUA é igual àquele obtido pela primeira-dama Melania Trump. Mrs. Trump, de acordo com reportagem do *Washington Post*, tem o EB-1 visa desde 2001. Esse visto é conhecido como “Einstein Visa” por ser concedido a pessoas com “habilidades extraordinárias”. Agora, quem recebe é Eduardo, o 03 de Jair Bolsonaro.

Quantos votos isso dá?/ A avaliação entre deputados do próprio PL é a de que o green card de Eduardo Bolsonaro não rende votos a Flávio Bolsonaro. O que poderia render, avaliam alguns, seria qualquer gesto de defesa das mulheres brasileiras, depois do episódio em que o empresário Paolo Zampolli, enviado especial para negócios globais do governo Donald Trump, chamou as brasileiras de “programadas para causar confusão” e “raça maldita”.

Ficou por isso mesmo/ Zampolli foi casado com a brasileira Amanda Ungaro, que terminou deportada em outubro do ano passado, após acusar o ex-marido de violência doméstica e abuso sexual. Na época das declarações contra as brasileiras, a Câmara aprovou uma moção, considerando Zampolli persona non grata. Os bolsonaristas nos Estados Unidos não fizeram qualquer gesto em defesa das mulheres do Brasil. O Partido Novo votou contra a proposta aprovada na Câmara.

Ex-ministro na campanha/

Aos poucos, os ex-integrantes do ministério de Lula vão fechando seus palanques Brasil afora. Celso Sabino, ex-ministro do Turismo, teve a candidatura ao Senado confirmada durante a convenção partidária do PDT esta semana. Sabino apoiará Lula ao Planalto em palanque diferente daquele em que estará o ex-governador Helder Barbalho (MDB).

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



RECURSOS FINANCEIROS

Aperto contra emendas Pix

Dino determina que o próprio STF vai notificar entes irregulares após tentativas do Ministério do Turismo serem ignoradas

» ARMANDO HOLANDA
» IAGO MAC CORD

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou ontem que a própria Secretaria Judiciária da Corte assuma a responsabilidade de notificar diretamente estados e municípios em situação irregular quanto ao uso das chamadas “emendas Pix” que foram destinadas ao setor de eventos entre 2020 e 2024.

A medida, tomada no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854, atende a um requerimento da Advocacia-Geral da União (AGU), que busca maior efetividade ao cumprimento das ordens judiciais após constatar que a notificação via Ministério do Turismo não estava surtindo o efeito esperado.

O relator enfatizou que a notificação direta realizada pelo STF aos governos locais inadimplentes é essencial para garantir o cumprimento célere das obrigações de transparência pública. “A vista do exposto, a fim de assegurar o cumprimento das determinações desta Corte, de firo o pedido formulado pela AGU. Notifiquem-se os estados e municípios relacionados nas Tabelas 2, 3, 6 e 7 do documento (...) acerca do teor da decisão”, determinou o magistrado em sua manifestação.

O centro do impasse jurídico reside na persistente omissão de entes federativos em fornecer dados transparentes sobre a aplicação desses recursos. Segundo o levantamento atualizado da AGU, existem hoje 89 planos de ação com pendências críticas na plataforma Transferegov.br, canal oficial utilizado para o registro e para o repasse de recursos públicos pela União.

O detalhamento desses dados revela a gravidade da falta de

prestação de contas: 21 planos foram aprovados, mas os entes sequer iniciaram o relatório de gestão; 19 planos possuem apenas relatórios parciais ou em elaboração; 40 estão travados em fase de complementação, sem qualquer relatório; e outros nove apresentam relatórios de gestão parciais ou pendentes de conclusão.

Punição

Para combater essa inércia, Dino reafirmou a aplicação de uma sanção financeira rigorosa, estabelecida originalmente em 9 de junho, de multa diária de 1% sobre o valor total da emenda parlamentar recebida. Essa penalidade incide sobre os entes que falharem na apresentação ou complementação dos planos de trabalho e relatórios de gestão, permanecendo vigente enquanto durar a omissão.

O magistrado destacou a imposição da sanção financeira calculada com base no valor repassado, que visa forçar os gestores a superarem o estado de irregularidade formal quanto aos dados das transferências.

“No que se refere à fixação de multa diária incidente em razão da persistência de omissões relativas à apresentação ou complementação de planos de trabalho e/ou à apresentação dos respectivos relatórios de gestão referentes às ‘emendas Pix’ destinadas a eventos no período de 2020 a 2024”, registrou o relator.

A estratégia de fiscalização remonta a 24 de março, quando o ministro Flávio Dino exigiu esclarecimentos sobre quais foram as empresas beneficiadas pelo Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia da covid-19 para fortalecer o setor, via emendas individuais.

Antonio Augusto / STF



Ministro aponta que estados e municípios ainda não adotaram as medidas de transparência exigidas

PF intima Jaques Wagner para depor

» ARMANDO HOLANDA
» RENATO SOUZA

A Polícia Federal marcou para o dia 7 de agosto o depoimento do senador e ex-líder do governo Lula no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), para tratar do suposto envolvimento do parlamentar no caso Master. A oitiva foi determinada no âmbito da investigação autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além da convocação para prestar esclarecimentos, o senador foi alvo de mandados de busca e apreensão e de uma medida que restringe suas atividades econômicas em uma das

fases da operação realizada no mês passado.

As apurações da Polícia Federal buscam esclarecer uma possível relação entre familiares de Jaques Wagner, empresas ligadas ao grupo e outros investigados com conexões ao extinto Banco Master.

De acordo com a corporação, os investigadores reuniram elementos que apontam para o “recebimento de vantagens econômicas indevidas pelo parlamentar, direta ou indiretamente” por meio de familiares, pessoas de confiança e estruturas societárias vinculadas ao banco controlado por Daniel Vercaro. Ainda segundo a investigação,

o senador mantinha contato frequente com Augusto Ferreira Lima, ex-sócio do Master, apontado como responsável por conduzir operações financeiras e pelo envio de benefícios ao parlamentar.

“Tranquilo”

Em um evento na tarde de ontem, o senador disse que não comentaria o caso por orientação de seus advogados. No entanto, negou o seu envolvimento em quaisquer irregularidades. “Por orientação do meu advogado, não falo sobre o tema, eu estou falando só sobre campanha, mas eu estou tranquilo”, disse o senador.

Valdemar nega recuo

» DANANDRA ROCHA

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, negou ter mudado sua versão sobre sua atuação na destinação de emendas parlamentares e afirmou que seu papel sempre foi encaminhar demandas de municípios aos parlamentares da legenda. A declaração foi dada ao *Correio* ontem.

Questionado sobre a diferença entre entrevistas recentes, nas quais afirmou que a participação de presidentes de partidos na discussão sobre emendas seria uma prática comum, e a manifestação apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), em que sustenta que fazia apenas sugestões sem poder de decisão, Valdemar argumentou que não há contradição entre as posições.

Segundo ele, o trabalho consistia em identificar as necessidades dos municípios e levar os pedidos aos parlamentares que possuíam disponibilidade de recursos. “Isso vai para a prefeitura que está precisando mais, que está precisando menos. Quem assina é o nosso líder”, afirmou.

Ao ser perguntado por que prefeitos e gestores municipais procuravam diretamente o presidente do partido se os líderes partidários tinham autonomia para aceitar ou rejeitar as indicações, Valdemar respondeu que atuava como uma espécie de interlocutor das demandas locais. Segundo ele, alguns deputados possuíam margem em suas emendas e poderiam destinar recursos para localidades em situação mais crítica.

“A gente pede para quem tem folga atender esse pessoal”, disse.